

PROJETO MASTER: ENTRE O NOVO ESTADO E AS VELHAS ESTRATEGIAS DE MANUTENÇÃO DO PODER

Marcelo Correa Pires

A partir da ação da governamentalidade, conforme pressuposto metodológico de Michel Foucault, o presente trabalho tem como um dos propósitos apresentar um ensaio teórico de uma investigação em andamento sobre a implantação do “Projeto Máster”, um subprograma do Plano de Ação Pedagógica - no Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 1989-1990. Entendendo que a governabilidade nos impulsiona a realizar uma recuperação de elementos que constituíram os processos daquela época, faz-se necessário, debruçar-nos em estudar a formação do Estado a fim de demonstrar os dispositivos que fabricaram a escola pública em Mato Grosso do Sul. Os resultados iniciais apontam que as decisões políticas no campo educacional, revelam em um novo Estado velhas estratégias de manutenção de poder que regulamenta a população pelos cálculos e táticas de governo.

Palavras-chave: Governamentalidade; Escola pública; Políticas Educacionais.

Para dar conta do poder local e das relações presentes naquele momento no Estado brasileiro, fez-se necessário situar as dinâmicas presentes da educação nacional e as condições do estado de Mato Grosso do Sul de cumprir as exigências constitucionais, a partir de suas especificidades, enquanto mecânicas de outros poderes.

São utilizados para essa pesquisa subsídios dos Planos Nacionais de Educação e do Estado de Mato Grosso do Sul, além de alguns autores cujo foco é o Ensino Médio, que nesse estudo será denominado de 2º Grau, dado o momento histórico em que se realiza a pesquisa, no exercício de sua governabilidade, além de depoimentos das entrevistas.

Apoiado no pensamento de Foucault, deve se levar em conta a configuração histórica que permitiu ao Estado ter o poder de governar a população, independente das propostas em andamento, definindo o que deve e o que não se deve fazer, por exemplo, com e pela instituição escolar, nesse caso, o Instituto de Educação de Campo Grande. Elucida o tipo de sociedade que temos, que para ele é controlada pelos dispositivos de segurança, um tipo de objeto da descrição genealógica.

É verossímil que se o Estado existe tal como existe hoje, foi graças precisamente a essa “governamentalidade” que é ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado, já que são as táticas de governo que permitem, a cada instante, definir o que deve ou não ser referido ao Estado, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não estatal. Portanto, o Estado, em

sua sobrevida e o Estado em seus limites não deve ser compreendido senão a partir das táticas gerais da “governamentalidade”. (Foucault, 2010, p. 304).

Dizia Foucault (2008, p. 143-144) por ‘governamentalidade’ entendo como:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, ainda que complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por forma maior de saber a economia política, por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não cessou de conduzir, e desde muito tempo, à preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina, e que, por uma parte, levou ao desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, de outra parte], ao desenvolvimento de toda uma série de saberes. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Com isso o objetivo é identificar as ferramentas da governabilidade constituídas enquanto estratégias adotadas para o Ensino de 2º Grau, que embora estivesse regulamentada na Constituição Federal aprovada em 1988, a Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul apresentava graves problemas no cumprimento legal de sua oferta, principalmente no que diz respeito à infraestrutura e o apoio de pessoal capacitado:

A caracterização deste nível de ensino torna-se uma questão a ser revista, mediante o fato de que a legislação vigente, em nível federal e estadual, não prevê a sua operacionalização dentro da estrutura anterior das escolas públicas e considere-se ainda que, antes do advento da Lei Nº 5 692/71, as escolas ofereciam, em sua maioria, somente o curso primário e secundário (ginasial e colegial) e que, posteriormente, avançaram no sentido de 1º Grau e 2º Grau, sem alterarem a infra-estrutura física e sem relevarem a disponibilidade de recursos humanos para atuarem em sala de aula, nas diferentes áreas de estudo ou disciplinas que compõem o currículo. (OSÓRIO *et alli*, 1991, p. 16).

Porém, essa situação não era específica do estado, ela apresentava características de universal em relação ao País, também envolvendo outros níveis de escolaridade. Um Relatório elaborado pelo MEC (1991), com o título: Educação no Brasil na Década de 80, em que apresenta uma coletânea de tabelas e estatísticas sobre o ensino no País, chama a atenção para dados constrangedores da situação educacional brasileira. Como um dos exemplos: “[...] vê-se que de cem crianças que começaram o primeiro grau, em 1967, apenas 7,4 ingressaram em um curso superior, em 1978. De cem que fizeram o mesmo percurso a partir de 1978, só 5,9 chegaram ao ensino de 3º Grau, em 1989”. (OSÓRIO, *et alli*, 1991, p. 23).

Nesse colapso educacional que o novo Estado herdava velhos problema que o ensino de 2º Grau enfrentava, não só no antigo Estado de Mato Grosso, mas em todo o país, uma vez que, a maior parte dos alunos frequentava a escola no período noturno, após jornada de trabalho de mais de oito horas diária, contribuindo para a alta taxa de evasão e repetência.

Numa perspectiva de analisar os antigos problemas nesse novo Estado, torna-se necessário apontar que no 1º Plano de Educação, que teve seu projeto aprovado pelo Conselho Estadual de Educação, pela Deliberação CEE nº 84, de 09 de outubro de 1980, no Governo de Pedro Pedrossian (1980-1983), contemplava como ação prioritária à universalização do 1º grau, e para o 2º Grau a proposta tinha os seguintes objetivos:

- proporcionar aos educandos desse grau, educação geral e formação profissional, possibilitando não só o ingresso no mercado de trabalho como real aproveitamento e ampliação das oportunidades de trabalho;
- valorizar e dar assistência técnico-pedagógica aos agentes educacionais;
- implantar habilitações condizentes com as reais necessidades do educando e da região;
- promover a articulação com órgãos e unidades de produção, que possam fornecer, com certa periodicidade, informações que possibilitem a flexibilidade e mutabilidade de estrutura e habilitações oferecidas;
- estimular a utilização de recursos naturais existentes, preservando as condições geo-ecológicas.. (I PEE/MS, 1980, p. 58-58).

Embora esse Plano apresentasse um conjunto de informações caracterizadas como um diagnóstico do ensino de 2º Grau que mostrava as deficiências tanto na oferta quanto na estrutura física para a sua execução. Entende-se que a melhoria desse ensino não era prioridade, fato observado por não haver nenhum plano de ação que buscasse superar os entraves constatados pelo próprio documento da Secretaria de Educação, e ainda a comprovação de que a prioridade do referido plano era a educação no meio rural.

Para Rocha (1992) o objetivo da política educacional do 1º Plano Estadual de Educação, não visava conforme previa seu discurso, diminuir as desigualdades sociais, mas, servir como instrumento de controle e contenção e manutenção de uma população carente e de trabalhadores assujeitados, garantindo a continuação e institucionalização, no novo Estado, do regime político de 1964, ou seja, a manutenção do poder.

Foucault (2008, p. 4) explica para quem o poder, em seus mecanismos e procedimentos, visa acima de tudo manter a qualquer custo, não importando os meios. O próprio poder,

[...] contanto que se admita que o poder não é, justamente, uma substância, um fluido, algo que decorria disto ou daquilo, mas simplesmente a medida em que se admita que o poder é um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não o consigam – justamente o poder. É um conjunto de procedimentos, e é assim e somente assim que se poderia entender que a análise dos mecanismos de poder dá início a algo como uma teoria do poder (FOUCAULT, 2008, p. 4).

Por conta disso, as mazelas no processo de escolarização permaneceriam para o próximo governo, e a exigência de um ensino de 2º Grau responsável por preparar a mão de obra qualificada não foi atendida.

Ao assumir o Governo em 1983, Wilson Barbosa Martins propôs romper com os entraves que emperravam a dignidade e credibilidade da Escola Pública, foi o primeiro governo eleito pelo povo que trazia o compromisso político de democratização da escola pública. Como proposta do governo o II Plano Estadual de Educação previa para o ensino de 2º Grau a própria defesa que marcaram o discurso desse governo, ou seja, uma educação voltada para a democracia.

O Ensino de 2º Grau deve fazer emergir, na prática, valores que garantam ao aluno os conteúdos específicos básicos para enfrentar o conhecimento especializado de cada área de ensino superior, despertando-lhe espírito científico voltado para a pesquisa. A par disso, deve preparar o educando para a prática do trabalho, quer seja habilitando-o profissionalmente para uma tarefa específica, quer seja propiciando sua inserção no âmago da prática social, através de um questionamento crítico da realidade. Isso para lhe assegurar a capacidade e o direito de opção no projeto social, de forma que o trabalho seja interpretado como elemento mediador entre ele e o processo de transformação de seu ambiente. (MATO GROSSO DO SUL, 1985-1987).

A Secretaria de Educação propõe ainda a Habilitação para o Magistério de 1º grau – 1ª a 4ª série; Habilitação Técnico em Contabilidade e Curso de 2º Grau, regidos pela Lei 7.044/83, destacando tratamento prioritário para Habilitação em Técnicas Agrícolas, pois, para essa Secretaria, o estado de Mato Grosso do Sul tem sua economia fundada principalmente na agricultura e a oferta de trabalho apresentava boas perspectivas na área.

Porém, foi no Governo de Marcelo Miranda (1987-1991) com a publicação do III Plano Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul (período de 1989 a 1992), que o ensino de 2º Grau ganhou destaque e seu Plano de Ação constatou que

havia a necessidade de elevar a qualidade de ensino e garantir acesso, uma vez que, foi observado um índice inferior de atendimento frente à significativa demanda dentro dessa faixa etária, impulsionado pelo insuficiente oferecimento de vagas na rede pública e, devido a condição socioeconômica, a impossibilidade de ingresso em escolas particulares, conforme veremos a seguir.

OUTRAS REDES DE PODER NAS TENTATIVAS DE POSSIBILIDADES DO ENSINO DE 2º GRAU

Após 10 anos de criação do Estado de Mato Grosso do Sul, pela Lei Complementar nº 31 de 11 de outubro de 1977, assinada pelo então presidente Ernesto Geisel, Marcelo Miranda retoma o poder pelo voto popular, exercendo mandato no período de quatro anos, compreendido entre os anos de 1987 a 1991, pelo PMDB, sob a efervescência do movimento social que ainda respirava o termino da ditadura militar e se encontrava respaldado pelos movimentos reivindicatórios da aprovação da Constituição Federal, de 1988, a qual iria, a princípio, regulamentar outros rumos para a educação no Brasil e instituir outras estratégias de governabilidade, com a participação popular.

Nesse ano, após 110 dias de greve dos trabalhadores em educação, troca-se o secretário de educação no mês de agosto, trazendo um novo perfil de governabilidade para área. O chefe da pasta ocupava o cargo de deputado federal (se licenciando), compondo a equipe um docente da Universidade Federal que assume a Coordenadoria Geral de Educação e uma técnica em educação superior também da mesma Instituição, a Coordenadoria de Recursos Humanos (OSÓRIO, 2000).

Para a chefia da Diretoria do Ensino Regular, foi indicada uma ex-diretora da Rede Estadual, exonerada do cargo de Diretora de Escola pelo governo anterior na penúltima greve dos professores e a Diretoria de Educação Especial vinha do movimento dos Amigos e Pais dos Excepcionais (APAE). Com esse perfil de profissionais rompia-se a hegemonias de cargos ocupados na Secretaria de Educação (SE/MS), que independente dos governos anteriores sempre se manteve em seus postos.

No final de 1988 a SE/MS propõe ao Governo do Estado um Plano de Ação, elaborado pelo setor responsável pelo estabelecimento das políticas pedagógicas, a Coordenadoria Geral de Educação, a partir de subsídios de estudos realizados sobre o diagnóstico do ensino de 1º Grau, financiado pelo Instituto Nacional de Pesquisas de Educação (INEP) e outro estudo em andamento na época, sobre a situação do ensino de

2º Grau em MS, tendo dois desafios: democratização da escola pública e o resgate de seu prestígio, enquanto instituição social, cuja sua responsabilidade, é com a escolarização de crianças, jovens e adultos.

O desenho deste Plano Pedagógico do Estado, enquanto Plano de Ação (1989–1990) estava estruturado por intermédio de nove programas e vinte sete subprogramas, tentando dar conta das responsabilidades estatais, conforme detalhamento a seguir:

1. Programa de Melhoria da Educação Básica

- Subprograma de Educação Pré-Escolar;
- Subprograma de Alfabetização;
- Subprograma de Ensino de 1º Grau.

2. Programa de Melhoria da Educação Especial

- Subprograma de Expansão da Educação Especial;
- Subprograma de Atendimento à Educação Especial.

3. Programa de Melhoria da Educação de 2º Grau

- Subprograma de Expansão do Ensino de 2º Grau
- Subprograma de Reorganização Curricular.

4. Programa de Apoio ao Educando

- Subprograma de Material Escolar;
- Subprograma de Livros;
- Subprograma de Saúde do Escolar;
- Subprograma de Instituições de Ações Complementares;
- Subprograma de Bolsas de Estudo;
- Subprograma de Ajustamento de Vagas;
- Subprograma de Desporto Escolar

5. Programa de Arte/Educação

- Subprograma de Desenvolvimento Artístico;
- Subprograma de Apoio à Cultura Popular

6. Programa de Educação Indígena

- Subprograma de Apoio ao Ensino Indígena;
- Subprograma de Educação.

7. Programa Alternativo de Promoção Humana

- Subprograma de Centro de Orientação e Aconselhamento;
- Subprograma de Oficina Pedagógica;
- Subprograma de Centro de Inserção Social.

8. Programa de Municipalização do Ensino

- Subprograma de Articulação;
- Subprograma de Cooperação.

9. Programa de Investigação Científica

- Subprograma de Pesquisa em Educação Especial;
- Subprograma de Pesquisa em Educação Básica;
- Subprograma de Pesquisa em Ensino de 2º Grau;
- Subprograma de Pesquisa em Educação Indígena.

Nesse Plano é que se localiza o Projeto Master, mais conhecido como sendo uma escola – Instituto de Educação de Campo Grande. O nome atribuído tinha fins de pleitear financiamento do Programa de Melhoria da Educação de 2º Grau (Subprograma

de Expansão do Ensino e de Reorganização Curricular), tanto em nível federal como estadual, visando expandir em quantidade e qualidade a oferta deste grau de ensino, propiciando gradativamente, aos alunos da Rede Estadual de Ensino conhecimentos necessários como suporte para sua formação e ingresso em universidade pública, de forma que contribuísse para o resgate do prestígio da escola pública em Mato Grosso do Sul.

As pesquisas feitas pelo Sistema de Informações Estatísticas Educacionais, da Secretaria de Estado Educação de Mato Grosso do Sul reforçavam os dados alarmantes que contribuíram para destacar a importância que existia na execução de uma intervenção de políticas voltadas para a expansão e a melhoria da educação de 2º Grau, como pode ser observado a seguir:

Em termos de 2º grau, a clientela da zona urbana da respectiva faixa etária era de 200.989 (duzentos mil novecentos e oitenta e nove), mas apenas 12,8% dessa clientela estavam matriculadas. Na zona rural, com uma clientela potencial de 50 618 (cinquenta mil seiscentos e dezoito), havia 256 (duzentos e cinquenta e seis) matrículas no 2º grau, correspondendo a 0,5% da demanda. Segundo o Sistema de Informações Estatísticas Educacionais da SE/MS, o déficit de matrículas no 2º grau, em 1989, era de 225 579 (duzentos e vinte cinco mil quinhentos e setenta e nove) alunos, ou seja, 89,6% da população estudantil nessa faixa estavam sem freqüentar as escolas. (OSÓRIO, *et alli*, 1991, p. 43).

A Secretaria de Educação visava com essa política resgatar o prestígio da escola pública, por meio de medidas que conseguissem romper os entraves que impediam a qualidade e quantidade do ensino, no referido período, de 1º e 2º Graus oferecidos pela Rede Estadual de Ensino.

Segundo os pressupostos apresentados nesse Plano de Ação havia uma crítica pelo não cumprimento da função social da escola pública, pois não apresentava propostas claras e exequíveis, tanto na elaboração quanto na execução de seus currículos, fato comprovado pela continuidade de evasão, repetência e baixa qualidade de ensino, da organização e políticas pedagógicas educacionais, que naquele momento se apresentavam com seu sistema indefinido e sem um planejamento que garantisse instrumentos legais, financeiros e administrativos que dessem conta da exequibilidade das decisões adotadas pelo sistema de ensino. Porém, cabe lembrar que:

A escola pública é viável só que é preciso que os projetos que dão certo sejam maturados, não pode um governo impedir um projeto que tem um período de elaboração, de implantação e precisa ter um período de maturação. Então na educação é muito comum interromper projetos relevantes, tantos governos quanto cooperação não tem muito interesse, com um misto de medo

e às vezes um pouquinho de desconfiança. O novo sempre gera desconfiança. (SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO 1988-1990).

Com esse entendimento, a Secretaria de Estado de Educação assume o propósito de alavancar a escola pública dando-lhe prestígio, partindo do pressuposto da universalização da educação, o que para esse órgão significaria a garantia do acesso ao saber universal sistematizado nos campos humanístico, científico e tecnológico e na melhoria da qualidade do processo de ensino, caracterizado pela permanência do aluno na escola.

Para o então Secretário de Estado de Educação:

E quem era o aluno vindo exclusivamente da escola pública estadual. Só para você ter uma idéia da responsabilidade que nós encaramos o projeto, não havia na escola uma secretaria que cuidasse de matrículas, porque a partir do momento que você tivesse uma secretaria que cuidasse de matrícula você estaria abrindo a possibilidade de que a escola viesse a receber alunos que não fazia parte do projeto e quem era os alunos que faziam parte do projeto, aqueles alunos que eram avaliados durante o ano pela própria escola. Quero dizer que cada escola tinha um percentual de alunos que poderiam mandar para o instituto, conforme quantitativo de alunos de cada escola. Esse critério de seleção acaba democratizando por que ali você escolhia o aluno por um critério objetivo, não era uma prova só que fazia seleção, como nos testes que existem, mas um acompanhamento por parte da escola de um processo de avaliação. Quem era o aluno da escola estadual, é o filho do marceneiro, o filho do pedreiro é o filho do comerciante, enfim, é o filho do trabalhador com o perfil do estudante carente, o estudante que não tem recursos para bancar uma escola privada. Ali está o negro, ali está o branco, ali está o pardo, ali está o índio quem está matriculado na escola, ate por que o aluno tinha que comprovar que ele era aluno regular da escola pública, não podia fazer a matrícula para que ele fosse selecionado.

Tal ação vem na contramão dos discursos atuais de uma escola “falida”, o que se percebe no levantamento sobre a execução desse subprograma, pelo menos no tempo em que esteve em vigor, foi o oposto, pois os alunos que participaram tiveram grandes avanços em sua escolaridade com a aprovação em cursos de elevada concorrência nos vestibulares, exemplo do curso de Medicina, Biologia e Pedagogia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e no curso de Direito, o mais concorrido, nas Faculdades Unidas de Mato Grosso, o que será destacado a seguir pelo depoimento.

(A-6) Tenho muitas observações sobre o Projeto, tanto como aluno (produto do Projeto Master), como profissional da Educação, admirador da organização e da estrutura do Projeto, primeiramente, se voltarmos um pouco ao passado, lembraremos que estamos falando de um período em que somente escolas particulares aprovavam alunos em universidade e os poucos alunos de escolas públicas que passavam no vestibular iam pra faculdades particulares. [...] não precisamos fazer cursinho para o vestibular o tipo de ensino era suficiente. Os alunos contra turnos. Deu total incentivo para dar continuação a minha formação profissional em Biologia. O Projeto ainda

incentivava as formações culturais. Basta dizer que do laboratório de teatro, temos hoje grandes artistas regionais que vieram do laboratório do Master com Maria Noemyah – Diretora de Teatro, Rane Abreu – atriz, entre diversos outros. O Curso ainda era capaz de aprovar alunos no curso de Medicina e Direito, não ficava apenas em cursos medianos. Temos hoje grandes advogados oriundos do Projeto e também mestres de diversas faculdades. O Master mudou e marcou a minha vida profundamente, devo a ela a minha formação pessoa, profissional, educacional e moral.

Isso instigou outros interesses pelo poder local sobre o Instituto de Educação de Campo Grande, principalmente em romper com a forma de ingresso na escola, que na época, as vagas oferecidas no período matutino e noturno eram proporcionais ao número de alunos matriculados na Rede Estadual de Ensino, no município de Campo Grande, a jornada de trabalho dos professores e as práticas pedagógicas exercidas, com destaque ao elevado número de alunos com ingresso no ensino superior.

Na entrevista com então Secretário de Estado de Educação e um dos responsáveis pela implantação do Projeto Master – Instituto de Educação foi possível verificar os objetivos e finalidade destacando:

O objetivo fundamental do Projeto Master era assegurar o acesso de estudante das escolas públicas as universidades públicas através de uma educação séria e suficiente de forma adequada como aqueles que frequentam uma escola particular, esse era um dos objetivos. Outro objetivo central era estabelecer uma lente para enxergar as deficiências do seu público, de sorte a provocar uma política de capacitação de professores de acordo com as necessidades de cada escola. Então uma escola modelo trazia para dentro de si alunos de uma diversidade muito grande de escolas e comunidades, que acabavam trazendo para aquele que era um verdadeiro laboratório, as deficiências de cada escola.

Manifesta ainda que a estratégia adotada,

[...] um grande laboratório, que funcionava na rua Barão do Rio Branco, com laboratório de informática, física, química, biologia e tinha também um quadro de educadores escolhidos através de concursos internos, pois a rede estadual já tinha os seus professores que são concursados, ou seja, acessam a escola pública por meio de concurso, no entanto, além dessa seleção para a contratação desses professores eles eram submetidos a um concurso interno para aferir o desempenho que eles tiveram enquanto professor, a curiosidade que eles tinham ao desenvolver técnicas pedagógicas que fossem capazes de mexer com a educação na escola em que eles lecionavam e o compromisso que eles tinham com a educação, porque uma coisa é aquele que cumpre o dever a outra é aquele que tem compromisso maior que se envolve pensando, que se envolve criando novos métodos.

A prova que ele relata refere-se à proposta de cada professor deveria elaborar, a partir do Projeto Pedagógico do Instituto de Campo Grande, para sua disciplina, lembrando que além das aulas no Curso de 2º Grau de Formação Geral e de Técnico em

Enfermagem, deveriam propor atividades, na forma de minicursos, em sua área de conhecimento, sendo garantido um regime de 44 horas semanais.

Assim quando ele ia prestar a prova para ser admitido no Instituto de Educação, ele tinha que se distinguir como educador que realmente se preocupa não só em cumprir suas tarefas, mas em oferecer novos subsídios para que a educação se desenvolvesse. Ai nós conseguimos então montar um quadro de professores de excelência, que tinha não só a titulação, mas que tinha, pós-graduação, participações em eventos educacionais e que tinha também desenvolvidos projetos em cada escola onde ele lecionava. Ou seja, nós dotamos a escola de educadores de um padrão elevado para um projeto que se preferia que tivesse também uma potencialidade para mexer com a qualidade do ensino na Rede Estadual.

Ele confirma a operacionalidade da proposta quando,

Pois bem, pra você ter uma ideia a escola adotou um regime especial no funcionamento com os professores, pois eles recebiam por 44h/a por semana. Nessa escola eles estavam na sala de aula a metade desse período e a outra metade era reservada para que eles produzissem o material didático e também o planejamento. Assim o que se via na escola, via o professor fazendo num período planejamento, não era ficção era fato real o professor num determinado momento ia refletir sobre o que ele ia levar para a sala de aula, sobre as metas que deveria ser alcançada no dia-a-dia, na semana e no mês. Então era um projeto que o professor tinha metas seguras que ele tinha que respeitar.

Os professores reforçam esse depoimento e os alunos também, quando dizem:

(P-1) O projeto era interessante, o professor era valorizado e tinha espaço para estudo, planejamento e dedicação exclusiva para escola. Das 44 h/a, 22h/a era dedicada a esses momentos de estudo. O Estado oferecia todas as possibilidades para que o professor planejasse e organizasse material para os alunos. Os alunos eram selecionados para a Escola e o interesse e compromisso eram patamares da escola.

(A-1) As aulas eram no período integral. Língua Inglesa ou Língua Espanhol, Educação Física, reforço com agendamento e atividades extras, como coral e teatro. Dizer de forma resumida o que este período teve de contribuição para a minha formação pessoal e profissional. A amizade que carregamos no coração daquele grupo tão unido, tão importante para formação pessoal do adolescente, temos o orgulho de honrarmos até hoje.

Ficam evidentes outros elementos presentes nestas respostas. A sua organização, a possibilidade de autonomia, responsabilidade e direcionamento profissional, tanto para os alunos como professores, além de possuir um ensino que atendia às exigências para aprovação em vestibulares, provocando uma motivação coletiva e uma cumplicidade permanente entre professores e alunos.

Esses depoimentos reforçam que a proposta do Instituto de Educação de Campo Grande se efetivou, porém isto instigava as práticas culturais vigentes, no sentido de que as pessoas, representadas mais pela classe política, sentiam-se

discriminadas, por não poderem exercer seus poderes de acesso ao controle da instituição. Pode-se dizer que havia uma discriminação inversa do poder instituído, transformando-se numa ameaça, anulando assim o discurso da escola pública com qualidade e transferindo para os campos dos preconceitos, discriminação e rejeição.

E com esse discurso o Projeto Master foi extinto, mesmo sendo essa escola uma referência pelo ensino, ainda que limitada a poucos, embora tenha, em um período de três anos, multiplicado por cinco sua matrícula e uma previsão da proposta se estender a Rede, dependendo exclusivamente do compromisso social do governo que assumiu em 1991. O risco da diferença ameaçava as estruturas dos poderes.

Algumas Considerações

Portanto, é necessário romper com a visão ingênua de lutar por uma escola pública pelo puro idealismo. É uma guerra constante, desenhada por batalha em cada momento, o que implica recolhimentos e outros avanços. Isso servirá para sustentar um Estado regulamentado por táticas e cálculos da governamentalidade, e, principalmente, pelo fomento de outras possibilidades de avanços.

Enfim, esta pesquisa, visa servir de base para os cidadãos em suas relações e seus exercícios políticos e sociais, durante suas existências, destacando os mecanismos que regulamentam essa sociedade por meio de confrontos, resistências, controle e sujeições constantes, dos mecanismos de governamentalidade, comprovando assim que sempre será possível articular um projeto educacional capaz de desprender das teias do poder, ou pelo menos, sobreviver nelas, nem que seja em um espaço temporal pequeno.

Referências

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília - DF, 1971.

_____. Lei nº 7044, de 18 de outubro de 1982. Altera dispositivo da Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, referentes à profissionalização de ensino de 2º grau. Brasília - DF, 1982.

_____. Constituição, 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado, 1998.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população. Curso dado no Collège de France (1977-1978).** Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. MOTTA, Manoel Barros. **Estratégia, poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

GUIMARÃES, Mariuza Aparecida Camillo. **A normalização na prática pedagógica e a constituição do conceito de inclusão nas escolas comuns da educação básica**. 2005. 125 f. 67Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS, 2005.

GONÇALVES, Maria Elizabete O; OSÓRIO, Antônio C. do N.; RUSSI, Doralice dos S.; **Caracterização e Avaliação do Ensino de 2º Grau**: análise das incongruências na preparação não profissionalizante e profissionalizante para o trabalho no 2º grau da Rede de Ensino Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande: UFMS, 1991, 395 p. Dissertação (Mestrado: Educação Brasileira).

OSÓRIO, A. C. N. Educação no Mato Grosso do Sul. In: Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação. Ponta Porã, MS, 3-7 dez, 2000.

I Plano Estadual de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul. 1981-1983.

_____. **II Plano Estadual de educação 1985-1987**: educação para a democracia. Campo Grande, MS: A Secretaria, 1985. 22 p.

_____. **III Plano Estadual de educação 1988-199**. Campo Grande, MS: A Secretaria, 1988.

_____. Secretaria de Educação de Estado. **Resgate do prestígio da escola pública**: Plano de ação para 1989-1990. Governo do estado, 1989.